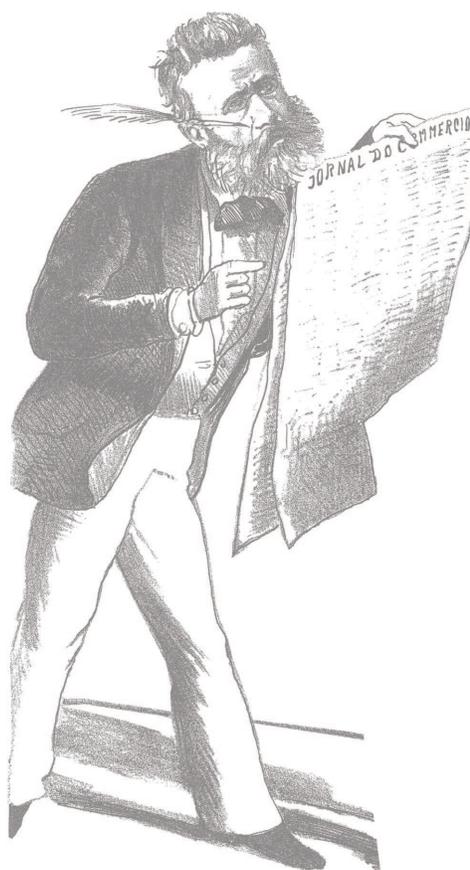


*Áticos e beócios na
República das Letras:
aspectos da opinião
pública no Rio de
Janeiro (1836-1837)*



**ÁTICOS E BEÓCIOS NA REPÚBLICA DAS LETRAS:
ASPECTOS DA OPINIÃO PÚBLICA NO RIO DE
JANEIRO (1836-1837)**

RESUMO

Investigando os significados e usos do conceito de opinião pública nos jornais do Rio de Janeiro, este artigo analisa as relações entre os mundos da política e da literatura.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa; Opinião pública; Período regencial; Homens de letras

Jefferson Cano¹

ÁTICOS E BEÓCIOS NA
REPÚBLICA DAS LETRAS:
ASPECTOS DA OPINIÃO PÚBLICA
NO RIO DE JANEIRO (1836-1837)

INTRODUÇÃO

A cena se passava numa esquina da Corte, nos idos de 1836, e vinha descrita pelo jornal *O Chronista*, no espaço de seu folhetim:

*...seriam seis horas da manhã, a cidade começava a despertar, as lojas abriam-se, já mesmo à porta de uma delas se achava um círculo numeroso em torno de gorda personagem, a qual tendo na mão uma grande folha de papel impressa, soletrava o que nela vinha escrito. O círculo atento, pendurado aos beijos do gordo soletrador – como Virgílio nos pinta a mal-casada Dido aos beijos do beato Enéias –, ouvia quais palavras de Evangelho o que contavam as tais letras redondas. – Maldita política, exclamei, maldito jornalismo, que já tão cedo vens atormentar essa pobre gente!*²

Embora uma cena como esta figurasse na seção do jornal em que a ficção tinha livre ingresso, (e do que seria ela mesma um exemplo), nada havia de fictício na consideração que se votava ao papel das *tais letras redondas* que saíam dos prelos em folhas grandes ou pequenas, sisudas ou satíricas. São fartos e contraditórios os exemplos que atestam ou negam que as palavras

¹ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.
<jeffersoncano@hotmail.com>

² *O Chronista*, Rio de Janeiro, 8 out. 1836, p. 13.

do jornal se ouviam *quais palavras de Evangelho*, ou que traziam pelo beicho um círculo numeroso e atento; e, por serem mesmo fartos e contraditórios, dão-nos um importante testemunho — não da dimensão desse fascínio dos jornais sobre seu público, mas da importância que atribuíam a si mesmos aqueles jornalistas, personificações da opinião pública.

Elemento central do liberalismo político, a referência à opinião pública ganha especial interesse naquele momento, em que se gestavam na política regencial alguns dos significados e práticas que marcariam o Segundo Reinado, ali circunscritos na emergência de um discurso e de um grupo que viria a ser chamado Saquarema, que entre 1837 e 1853 se constituiu no núcleo hegemônico do Partido Conservador (e, na maior parte deste período, da própria política imperial).

Em março de 1833, as eleições que escolheram os deputados para a legislatura do quadriênio 1834-1837 realizaram-se ainda dentro de um quadro de forças em que o Partido Moderado, sustentador do regime implantado em 1831, via sua hegemonia disputada principalmente pelos chamados *caramurus*, defensores da restauração de D. Pedro I no trono. A ameaça restauradora avultava principalmente na Corte, onde os moderados foram derrotados em todas as freguesias, menos na de São José. Com a disputa mais equilibrada no resto do país, o Partido Moderado acabaria dominando dois terços da Câmara dos Deputados; sem contar os resultados de Mato Grosso, que ainda não haviam chegado à Corte, estimava-se que haveria 66 deputados moderados para 34 que eram classificados *entre exaltados, retrógrados e de opinião desconhecida ou vacilante*.³ Ao comemorar esta vitória, *O Sete d'Abril*, um dos órgãos da imprensa moderada, chamava a atenção para o fato de a Corte surgir nessa disputa como o centro para onde convergiam os interesses *caramurus*, que seriam, segundo a sua interpretação, os interesses aristocráticos e lusitanos:

A opinião pública desta província, para que ousados apelavam os Caramurus, acaba de manifestar-se contra toda a pretensão dos retrógrados, excluindo absolutamente do número de seus escolhidos para a

³ Cf. *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1833, p. 3405.

futura Legislatura esses que apenas são candidatos dos homens depravados, e corridos das suas províncias, mas que puderam conseguir maioria no Colégio da capital, dominado pelo gênio da discórdia. Nós nos felicitamos por um triunfo tão bem adquirido, que veio emudecer o partido retrógrado, e cortar-lhe as asas com que pretendia voar à restauração, de que devia seguir-se a extinção de nossa Liberdade e independência. [...] A aristocracia e o lusitanismo têm de lamentar a perda desta campanha que lhes custou suores, fadigas e grossas somas...⁴

Aberta a sessão legislativa em maio de 1834, a maioria moderada trabalhou com rapidez, primeiro decretando o banimento do primeiro Imperador, e logo promulgando, já em 12 de agosto, o Ato Adicional, que reformava a constituição principalmente através da concessão de uma maior autonomia às províncias. Cumprida, porém, a tarefa para que fora expressamente eleita aquela Câmara, já surgiam dissidências na maioria, sendo a principal delas a de Bernardo Pereira de Vasconcelos, reputado o responsável pelo *O Sete d'Abril*, jornal que via no Ato Adicional, menos de dois meses após a sua aprovação, uma *tal mistura e confusão de Nacional e provincial, de geral e local, que só o bom senso Brasileiro poderá forrar-nos aos males, que a Ciência, a História e a observação constante mostram ser de tais erros inseparáveis; quanto aos moderados, seriam, segundo este jornal, uns hipócritas, ignorantes, ou verdadeiros restauradores, visto que ostentam-se convencidos de planos de restauração, e recusam meios que a obstá-la se encaminhem.*⁵ Poucos dias antes, porém, em 24 de setembro, morrera em Portugal o ex-Imperador, notícia que, ao chegar ao Brasil, destruiria em definitivo qualquer plano restaurador, deixando disponíveis os antigos caramurus para se alinharem àquela dissidência, que assim tomava corpo. Era, portanto, depois de rompida a unidade do grande bloco moderado que ocorria a eleição para Regente, em 7 de abril de 1835, da qual o padre Feijó sairia vencedor, evidenciando ainda mais a divisão das forças

⁴ *O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, 2 abr. 1833, p. 1.

⁵ *O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, 4 out. 1834, p. 2.

políticas: descontados os votos da província de Minas Gerais, que concentrava mais de um terço dos votos de Feijó, em todas as demais ele perdia para Hollanda Cavalcanti; de qualquer maneira, a maioria alcançada por Feijó era de apenas 24% dos votos, seguido por Hollanda com 19%, ficando mais da metade dos votos pulverizados entre José da Costa Carvalho, Pedro de Araújo Lima, Francisco de Lima e Silva, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Bernardo Pereira de Vasconcelos e outros.⁶

Empossado ao final da sessão legislativa, apenas seis meses depois o novo Regente conhecerá a oposição na Câmara, liderada por Vasconcelos, que exigia da Regência um ministério *parlamentarmente organizado*. É basicamente este momento, Regência de Feijó, que será privilegiado neste artigo, principalmente a partir de um dos jornais da oposição, *O Chronista*, fundado em 1836 por Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva e Josino Nascimento e Silva. Era natural que a questão da opinião pública ganhasse especial relevância, neste momento e neste jornal, quando uma oposição dita *regressista* buscava adequar a Regência ao figurino parlamentarista, do governo da maioria parlamentar. As próximas páginas procurarão mostrar como essa questão podia revestir-se de diferentes significados, inclusive dentro de um mesmo grupo político.

A MELHOR DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES

Em 1833, opondo-se ainda à ameaça restauradora, *O Sete d'Abril* apontava o erro fatal de D. Pedro I, que levava à sua queda, lembrando seu distanciamento da opinião pública:

Quando o 'ex-Imperador' queria fazer de bom 'careta' para iludir os Brasileiros, dizia: – Está acabado o tempo de enganar os homens! – E depondo os Gigantes, repetiu: – O Governo que se não regula pela OPINIÃO PÚBLICA se torna o flagelo da humanidade! – Se ele tivesse sido fiel a estes

⁶ Segundo *O Sete d'Abril*, de 26 de março de 1836, p. 2, Feijó obteve 2.826 votos, contra 2.251 de Hollanda Cavalcanti. Dos votos de Feijó, 976 eram da Província de Minas.

princípios de eterna verdade, nem estaria corrido do solo em que as proferiu, para ir fazer vítimas no país que o viu nascer...⁷

Três anos depois, afastado o perigo da restauração, era contra o governo liberal moderado de Feijó que se voltava *O Chronista*, chamando a atenção para o *desconceito em que tem caído o ministério e seu partido*, o que gerava um *movimento espontâneo* de oposição entre a população, manifestado nas galerias da Câmara:

Não há hoje na população partido organizado, nem chefes, nem reuniões em que se combinem medidas, em que se preparem insultos, isto tudo é inegável, e no entanto quando o Sr. Evaristo levantou-se para falar, as galerias fizeram rumores, e tão violentos que foi para os conter necessária interpelação do Presidente. Certo esses rumores não eram comprados, certo essa interrupção não estava preparada, foi um movimento espontâneo e irrefletido. ...não se esperou que o orador falasse, não foi dirigido contra suas palavras: – ele teve lugar porque o povo, bem ou mal, vê no Sr. Evaristo as doutrinas moderado-governativas personificadas: – são os governos todos, sucessores ao 7 de abril, que se fizeram homem e se acharam encarnadas no Sr. Evaristo...⁸

Ora, tanto governo quanto oposição sabiam saber que, numa monarquia parlamentar, a contrapartida necessária ao primado da opinião pública era que ao governo coubesse a prerrogativa de dissolver a Câmara, a fim de consultar a mesma opinião, quando os dois poderes se encontrassem em desacordo, prerrogativa que era negada à Regência pela lei de 14 de junho de 1831. Ainda na sessão legislativa de 1836, o senador Francisco de Paula Souza apresentou uma emenda (rejeitada) que permitiria ao regente recorrer à dissolução; neste caso, porém, embora

⁷ *O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, 15 jun. 1833, p. 3. [grifo no original]

⁸ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 2 maio 1836, p. 11.

reconhecendo a propriedade da medida em um sistema constitucional, inclusive se aplicada àquela mesma Câmara então reunida, *O Chronista* não a consideraria oportuna, temendo a luta de popularidade entre os poderes:

Em tese não há dúvida que custa conceber na organização representativa um poder executivo sem poder de dissolver a câmara; quadra houve em que utilíssima houvera sido a dissolução da câmara, foi a em que chegou a notícia da morte de D. Pedro, porque a câmara atual não foi escolhida senão para decretar a reforma, e guerrear os caramurus; feito isto ela era imprópria para qualquer outro fim... Mas em hipótese não sabemos se convirá muito fazer entrar em luta de popularidade no tribunal da nação a câmara de um lado, e do outro o governo.⁹

Se ao regente não era dado conviver com Câmaras unânimes, como se daria com alguns gabinetes do segundo reinado, tampouco era confortável a sua relação com a imprensa, onde a oposição combatia mais à vontade do que lhe permitiam os protocolos parlamentares. Mais uma vez, era *O Sete d'Abril*, aliado da véspera e já então postulante do Regresso, que sobressaía neste combate, não apenas pela associação (nunca de todo admitida) com o líder opositor Vasconcelos, mas também pelo estilo da redação, da redação, que, segundo *O Chronista*, caracterizaria aquele *pigmeu-gigante* da imprensa, com seus artigos de profunda política, com seus sarcasmos e epigramas mordentes, com seus versinhos chulos e engraçados.¹⁰ Dirigindo-se a Feijó — irreverentemente apelidado D. Simão — *O Sete d'Abril* não apenas defendia a liberdade para a imprensa, mas reconhecia nela o instrumento político por excelência, pois que todos os ataques sofridos pelo governo através da imprensa deviam ser repelidos pelo mesmo meio, e não pelo recurso à justiça:

⁹ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1836, p. 78.

¹⁰ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 22 out. 1836, p. 31.

*Queixam-se D. Simão e mais súcia da insolência dos jornais que se publicam contra a Administração, deslembrados do que fizeram nos tempos de D. Pedro, quando deram lições de que hoje se vão servindo seus discípulos. [...] O 'Sete d'Abril', por ser ministerial, pede ao governo que deixe ir a liberdade de imprensa como vai, pois hoje está reconhecido que o único meio que há de remediar os males que ela possa por ventura causar é ampliá-la tanto quanto for possível. – A imprensa periódica, na qual nós não achamos os perigos que outros aí enxergam, incomodará também o Governo; mas o grande remédio contra os abusos da imprensa é o uso mesmo da imprensa; os processos e as perseguições judiciais convém que sejam reservadas para casos extremos, e especialmente as afrontas feitas à Moral Pública. – A imprensa periódica, diga o que quiserem, raras vezes pode assustar um BOM governo.*¹¹

E para demonstrar que o regente não tinha motivos para se queixar do tratamento que recebia da imprensa, *O Sete d'Abril* apresentava-lhe o exemplo da imprensa norte-americana, que se referia ao presidente Jackson em termos muito mais duros. O trecho que o jornal citava, tirado de um artigo da *Vincennes Gazette*, seria reproduzido também, numa tradução ligeiramente diferente, meses mais tarde pelo *Atlante*, outro jornal de oposição.¹² Quanto à fonte que deve ter sido comum a ambos os jornais, só seria citada no ano seguinte pelo *Chronista*,¹³ que recomendava ao ministério que lesse e meditasse a obra de Tocqueville sobre a democracia na América, que usava este exemplo para ilustrar como, apesar da violência da linguagem da sua imprensa, os Estados Unidos eram o país onde menos se encontravam *germes de revolução*. Mas talvez o que tivesse atraído a atenção da imprensa oposicionista da Corte para esse texto, mais do que qualquer outra coisa, fosse sua argumentação quanto à inutilidade de qualquer tentativa de restringir a

¹¹ *O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, 2 mar. 1836, p. 3.

¹² *O Atlante*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1836, p. 4.

¹³ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1837, p. 347.

liberdade de imprensa. Para Tocqueville, não existia uma posição intermediária nessa questão, que só podia oscilar *da extrema independência à extrema servidão*.¹⁴ Além do mais, Tocqueville lembrava que a liberdade de imprensa era inseparável do princípio da soberania do povo e, num país que admitisse essa última, a censura seria não apenas um perigo, mas um absurdo. Por outro lado, a facilidade com que se abria e sustentava um jornal podia até ser uma causa de enfraquecimento da imprensa, sendo mesmo *um axioma da ciência política nos Estados Unidos que o único meio de neutralizar os efeitos dos jornais é multiplicar o seu número*,¹⁵ o que dividiria suas forças, dificultando-lhes alcançar disciplina ou unidade de ação.¹⁶

A citação deste capítulo de Tocqueville por três jornais do campo regressista é bastante sugestiva, embora a simples referência não nos permita especular sobre o sentido que assumiria para seus leitores brasileiros cada uma destas observações. O que é certo é que, ao passarmos do autor francês para seus leitores fluminenses, a defesa da liberdade de imprensa se fazia de tal modo que Bernardo Pereira de Vasconcelos até mesmo afirmaria em discurso na Câmara que a imprensa não apenas era *a melhor das nossas instituições*, mas ainda que *o seu uso é essencialmente ligado com algum abuso*.¹⁷ E exprobrava ao governo sua atitude contra essa liberdade, numa retórica especialmente saborosa à imprensa oposicionista, que a reproduziria à farta — *Filho da imprensa, e da imprensa só, novo Nero, atentas contra a vida de tua própria mãe*.¹⁸ Pois, para Vasconcelos, o fato de Feijó ter chegado a ocupar o cargo de Regente não teria outra causa senão a campanha da imprensa ligada ao então Partido Moderado, em especial a *Aurora Fluminense*, e não o *mérito transcendente* do padre, como escrevia o próprio Vasconcelos no *Sete d'Abril*, numa epístola vazada em tom ironicamente apostólico:

¹⁴ TOCQUEVILLE, A. de. *De la démocratie en Amérique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1990. t. 1. p. 141.

¹⁵ *Ibid.*, p. 143.

¹⁶ *Ibid.*, p. 144.

¹⁷ *O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, 19 maio 1836, p. 3.

¹⁸ *Id.*

Repassai, caríssimo irmão, repassai pela memória uma e muitas vezes os atos, os trabalhos parlamentares do Exm. e Revm. Sr. Feijó, e dizei-nos se encontrais neles um sistema, um projeto que mereça elogios? Acompanhai Sua Excelência Reverendíssima em São Paulo, Lisboa e Rio de Janeiro, e dizei-nos qual é a fala que distinga o orador, qual o projeto, qual o escrito que conquistou ao Exm. e Revm. Sr. Feijó um nome na República das Letras? [...] Nós estamos pois convencidos que Sua Excelência Reverendíssima se não desonra de ser filho, e filho só da IMPRENSA, d'esta Mãe Poderosa que lhe deu o Supremo Mando do Brasil!!!¹⁹

O fato é que o governo não via os chamados abusos da imprensa com a mesma naturalidade que Vasconcelos aparentava no Parlamento e, entre os atentados do novo Nero contra sua mãe, contavam-se pelo menos dois processos movidos contra jornais da oposição regressista. Um deles era o *Raio de Júpiter*, publicado em Niterói e denunciado perante o Juiz de Paz da Candelária, na Corte. A ordem de prisão, porém, seria expedida não apenas contra o impressor do periódico, mas *quando conste que os mesmos já estejam pronunciados por abuso de liberdade de imprensa, passe ordem de prisão contra quem constar administra a tipografia, e quando isso mesmo não conste, contra aqueles que se acharem a imprimir na mesma tipografia...*²⁰ E foi justamente sobre os operários que recaiu a pena, ainda que por pouco tempo, visto que o Tribunal da Relação determinaria a soltura dos réus, declarando o processo nulo.

O outro processo seria contra o próprio *Sete d'Abril*. Tendo sido pronunciado Antônio José de Figueiredo e Vasconcellos, apresentou-se o tenente Francisco do Rego Barros Beberibe como o editor responsável pelos escritos denunciados. O Juiz de Paz, contudo, não apenas manteve pronunciado Vasconcellos, mas pronunciou também o impressor Ignácio Pereira da Costa. Tanto neste processo quanto naquele que se movera contra o *Raio de Júpiter* eram os mesmos motivos que se

¹⁹ O *Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, 4 jun. 1836, p. 4.

²⁰ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 15 out. 1836, p. 22.

apresentavam para declarar sua nulidade. O Artigo 7 do Código Criminal previa de fato em seu primeiro parágrafo que a responsabilidade nos delitos de abuso de liberdade de imprensa devia ser atribuída ao *impressor, gravador ou litógrafo*, mas também que estes ficariam isentos se demonstrassem a responsabilidade do editor, a quem, por sua vez, bastava demonstrar a responsabilidade do autor para isentar-se; constava ainda no Artigo 8 do mesmo Código que *nestes delitos não se dá cumplicidade*,²¹ ao contrário do que fazia a justiça da Corte, pronunciando ao mesmo tempo três réus pelo crime de um mesmo órgão de imprensa. E era este comportamento dos juízes de paz da Corte nos dois processos, contra o *Raio de Júpiter* e *O Sete d'Abril*, que levava *O Chronista* a denunciar o que seria uma perseguição do governo contra os *jornais que não seguiam os votos dos 'progressistas'*, demonstrando que estes queriam *acabar com a imprensa, que os prelos e os tipos eram potência que se temer, que a luz não agradava*.²² Seis meses mais tarde, a absolvição do editor Beberibe seria anunciada triunfal e desafiadoramente:

*Mais um triunfo ganho, mais uma vítima escapa às garras da arbitrariedade e da prepotência, que se pretende – embalde – entronizar entre nós, dispor de nossas fazendas, de nossa liberdade, de nossa vida... Miseráveis! Não chegareis a tanto...*²³

A ironia é que, no mesmo dia em que *O Chronista* dava a público esta notícia, o governo promulgaria também um decreto dispondo sobre os crimes de imprensa. Uma semana depois, o redator d'*O Chronista* ainda não tinha conhecimento do texto legal, mas mesmo assim já dava circulação a boatos de que o seu objetivo seria formalizar o procedimento que já vinha sendo adotado (e considerado nulo pelos tribunais) nos processos contra a imprensa, tornando solidários na responsabilidade jornalistas e impressores. Outra versão afirmava ainda que o decreto seria

²¹ IPANEMA, M. de. *Síntese da história da legislação luso-brasileira de imprensa*. Rio de Janeiro: Aurora, 1949. p. 66-67.

²² *O Chronista*, Rio de Janeiro, 22 out. 1836, p. 31.

²³ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1837, p. 185.

a tradução fiel das leis de exceção que em França têm sido adotadas, mas disto o redator duvidava, não crendo que o governo fosse tão demente que se anime a de chofre atacar todos os direitos do cidadão. Qualquer que fosse o teor da lei, porém, o jornalista já se antecipava em sugerir a possibilidade da desobediência a uma lei que seria provavelmente injusta:

...se, como nos asseguram, semelhante decreto atacar a liberdade de escrever qual a gozamos há tantos anos, qual nos garantem a constituição e os Códigos, será ele obedecido? Será o direito de resistência legal palavra sem sentido, e nunca aplicável?²⁴

Afinal, as suspeitas d'O *Chronista* não se confirmariam no que se refere à solidariedade na culpa, mantendo os mesmos critérios de responsabilização; mesmo assim, o decreto traria, segundo O *Chronista*, quatro ou cinco embaraços à liberdade de exprimir o pensamento, principalmente ao redefinir o foro do delito no sentido em que já se ensaiara no ano anterior, fazendo justificável um pobre periodiqueiro por todos os juízes de paz em cujo distrito quinze pessoas tiverem a lembrança de ler as extravagâncias que lhe forem saindo da pena.²⁵ Além disso, o decreto ampliava o poder do Juiz de Paz, fazendo-o privativo para julgar definitivamente delitos um tanto quanto indefinidos, como as desobediências e injúrias feitas pelos súditos aos superiores, sejam elas de que natureza forem, e seja qual for a pena que se tenha de impor.²⁶ Era então aos próprios juízes de paz que se voltava o jornal, lembrando-lhes como um dever a desobediência à lei (ainda que não alimentasse ilusões de ver este conselho seguido):

²⁴ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1837, p. 193.

²⁵ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1837, p. 198. O Decreto de 18 de março de 1837 previa em seus primeiros artigos: Art. 1 - O réu pode ser processado, ou no distrito da culpa, ou no do domicílio e residência, segundo a escolha do queixoso. [...] Art. 2 - Nos crimes por abuso de exprimir os pensamentos, é o lugar da culpa aquele em que os escritos impressos, litografados ou gravados forem distribuídos por mais de quinze pessoas, e não aqueles em que existem as imprensas ou litografias, ou em que se fizerem tais escritos, porque a lei só os faz criminosos quando distribuídos. Cf. IPANEMA, op. cit., p. 70

²⁶ *Ibid.*, p. 71

...resta-nos agora aguardar o que fazem os atuais juizes, e se julgam, como entendemos de seu mais rigoroso e estrito dever, que há chegado a ocasião de tornar real um direito sagrado, o da resistência. [...] Que eles o farão, é o que não podemos asseverar, porque ainda em nossos espíritos não têm calado as doutrinas de legal resistência... Nossa educação política ainda está muito atrasada: ...ainda (estamos disso bem persuadidos) qualquer ordem da administração, por mais bárbara ou ridícula que seja, achará instrumentos que a executem... Neste estado de cousas, atendendo à falta de espírito público, à falta de energia da máxima parte de nossos concidadãos, razão teríamos para esperar resistência legal ao decreto? Não, decerto que ninguém querer-se-á comprometer de balde...²⁷

Espírito público e educação política, por sua vez, recebiam a influência direta do jornalismo, que devia representar os dois elementos de um governo representativo — isto é, governo e oposição. Porém, naquele momento, o governo parecia de nada se ocupar, nem defender quaisquer princípios, enquanto a oposição não passava de uma sombra que marchava sem chefe e sem princípios que opor à falta de princípios do governo. Resultava daí um jornalismo *tíbio e desprovido de interesse, enchendo páginas e páginas sem discutir formalmente um princípio*, e que devia ser incapaz, portanto, de prover aquele espírito público e educação política que faltavam à população:

...se não fora a necessidade de ler que o hábito tem feito nascer em parte de nossa população, é de crer que já [o jornalismo] estaria reduzido ao último ponto, e que apenas o 'Diario do Rio' ou o 'Jornal do Commercio' seriam procurados por causa dos anúncios.²⁸

Passados apenas quinze dias, no entanto, já era bem outra a avaliação d'O *Chronista* a respeito do jornalismo da Corte,

²⁷ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1837, p. 203-204.

²⁸ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1837, p. 150.

ressaltando justamente a vitalidade da imprensa de oposição. De oito jornais, *O Chronista* contava cinco como oposicionistas: além dele próprio, havia *O Sete d'Abril*, do qual *só a venda cobre as despesas*; o *Diário do Rio*, um jornal popular que teria aumentado o número de assinantes com sua *oposição aos desacertos do governo*; o *Defensor da Pátria*, que era também *muito lido e cobre as despesas*; e o *Semanário do Cincinato*, que teria conseguido perto de 200 assinantes nos primeiros dias que se seguiram à sua aparição. Quanto ao *Repúblico*, não era classificado como um jornal de oposição, apenas *de crença duvidosa*; sendo o *Jornal do Commercio* um jornal *sem cor política*, reduzia-se assim o campo governista apenas ao *Correio Oficial*, que *pouca gente lê*:

Ainda mais, o jornal do governo diminuiu de formato, sinal certo de que a receita não chegava para a despesa: os da oposição têm aumentado, o que vale o mesmo que dizer que a sua receita tem subido. [...] Desengane-se o 'Correio'; apareçam mais três ou quatro jornais da oposição e acharão compradores...²⁹

O número de assinantes era um argumento de primeira grandeza nesta disputa, pois era ele que servia de termômetro para indicar quem afinal teria a aceitação do público, ou seja, quem melhor representaria a opinião pública. Ainda no rastro da comoção provocada entre a oposição pelo decreto sobre crimes da imprensa, *O Chronista* anunciou num arroubo dramático sua disposição à resistência (ou pelo menos à sobrevivência), afirmando que *continuaremos a redação do nosso jornal, e se a força das circunstâncias nos impedir que falemos dos negócios públicos do Brasil, 'O Chronista' tornar-se-á literário e científico*.³⁰ Foi então a oportunidade para o *Correio Oficial* devolver a provocação sobre a falta de leitores, insinuando que se *O Chronista* cogitava trocar a política pela literatura era devido à desaprovação dos leitores às suas opiniões e à queda no número de seus assinantes, ao que *O Chronista* respondia mais uma vez

²⁹ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1837, p. 166.

³⁰ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1837, p. 209.

que tinha bastante leitores para se persuadir que não é 'vox clamantis in' deserto, não devendo morrer inanido como o 'Fluminense', o 'Públicola' e o 'Indicador', jornais governistas que se haviam publicado por períodos relativamente curtos. E reafirmava o seu sucesso comercial garantindo que o 'O Chronista' tem mesmo bastante boa fé em seus leitores para se persuadir que eles o acompanhariam no caso mesmo que se visse obrigado a deixar a política, e a retirar-se para o território neutro da República das Letras.³¹

Entretanto, a insinuação do *Correio Oficial* não era de todo gratuita, pois no mesmo artigo em que *O Chronista* garantia seguir sua carreira ainda que tivesse que deixar a política, a tônica geral era de desânimo com o jornalismo, pois *esta potência não tem produzido os frutos que dela se deviam esperar*; e não por culpa dos jornalistas, que não deixavam de cumprir sua missão de escrever, mas sim do público, *pela inércia e nem uma proteção ao jornalismo*, do que resultava que *ninguém quer escrever jornais por ter certeza de perder o trabalho, e as despesas que são necessárias para a impressão*. No fim das contas, se o público não dava sua *proteção*, os jornais não cobririam as despesas, ao contrário do que afirmara confiante o mesmo *O Chronista* algum tempo antes. E este desinteresse dos leitores, por sua vez, resultava da influência dos *jornalistas passados, que em vez de excitarem o gosto por doutrinas e discussões sérias, acostumaram-os a polêmicas virulentas*. De qualquer maneira, se o jornalismo dependia da proteção do público, o gosto deste público era formado pelo mesmo jornalismo, e era neste que residia o pecado original, de ter descuidado sua missão, cedendo espaço às paixões, que não deviam caber no mundo da política, onde as *polêmicas virulentas* entravam em detrimento da razão, cujo uso podia ser estimulado com *doutrinas e discussões sérias*. Assim, no interior do próprio jornalismo operava-se uma distinção, entre uma imprensa séria e doutrinária e outra exaltada; mas tanto uma como outra teriam a mesma função formativa junto ao público.

Ainda em outro artigo dirigido ao *Correio Oficial*, poucos dias mais tarde, *O Chronista* outra vez trazia à baila a figura do

³¹ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1837, p. 218.

público. O *Correio* traduzira do *Journal des Débats* um artigo que afirmava ser necessário que um governo refutasse todas as imputações da oposição, mesmo que fossem absurdas, pois deixar o campo livre à oposição sem combatê-la tornava impossível o governo. Às conclusões do redator francês o redator do *Correio* acrescentaria algumas observações sobre as diferentes condições da imprensa no Brasil e na França, pois que lá *a civilização tem obrigado os escritores públicos a certa decência, e a um nobre capricho, que os arreda de avançar insultos e falsidades, enquanto aqui, ao contrário, vê-se gente que vai a seus fins sem que a embarace a infâmia dos meios, que tudo vêem pelo prisma dos caprichos dos agitadores populares.*³² Para *O Chronista*, entretanto, longe de justificar o silêncio do governo frente às acusações da oposição, eram falsas as razões apresentadas pelo *Correio Oficial*: se o governo ignorava a oposição, era por desprezo à própria opinião pública, pois a verdadeira diferença entre o Brasil e a França não estava na imprensa da oposição, mas em seu público, já que no Brasil *poucos são por ora os leitores, e menos os leitores de jornais sérios:*

*Sejamos sinceros, mesmo contra nós. Em França o jornalismo é uma potência, milhares de leitores ouvem seus oráculos e guiam seu pensar por suas leituras. Outro tanto não acontece no Brasil; poucos são os que lêem, pouca é a importância do jornalismo. O periódico político que conta mais de quinhentos assinantes tem quase que tocado ao máximo de sua possível circulação, e esse número bem poucos são os que o atingem, foi outrora a 'Aurora' e talvez a 'Astréa', é hoje 'O Sete d'Abril', por isso o governo tem em menos preço as censuras do jornalismo e não responde. Se o quisesse fazer, se a nossa população fosse dada à leitura, e não essencialmente – anti-leitora – então é que em grandes apuros ver-se-iam os escritores ministeriais, então é que menos penoso seria trabalhar em galés do que presidir a redação da folha oficial.*³³

³² *O Chronista*, Rio de Janeiro, 22 abr. 1837, p. 221.

³³ Id.

Mas o mesmo ano de 1837 ainda veria a renúncia de Feijó à Regência, substituído por Araújo Lima, e a formação de um novo Gabinete em 19 de setembro, com os elementos da antiga oposição regressista. E mais uma vez ocorria uma reviravolta no ânimo d'O *Chronista* quanto ao papel da imprensa, já agora uma força social comparável à magistratura e à Câmara, ou seja, mais um poder do Estado, que, junto ao Legislativo e ao Judiciário, fazia frente ao Executivo, fazendo e desfazendo governos:

Sim, que todos os governos que se têm sucedido no mando devem sua elevação à imprensa, todas as revoluções que temos visto foram mais ou menos fomentadas pela imprensa; arma poderosíssima que tem aluído os alicerces de tantos poderes, que tem visto tantos ministros conspirarem contra ela, e que vai de todas as suas tramas saindo sempre vitoriosa. [...] A imprensa desmoronou um trono; fez cair vários ministérios, obrigou por fim o exm. sr. Feijó a retirar-se, já que não queria mudar de política e sistema, e respeitar pelo menos a indignação pública.³⁴

De fato, a passagem da oposição ao poder causara uma notável transformação na auto-imagem da sua imprensa, que alguns meses antes via-se quase sem importância em meio a uma população *essencialmente anti-leitora*. Não que mudasse o caráter deste público, formado nos excessos daquela *imprensa revolucionária, que tanto desonrou o espírito humano, e que conseguira derrubar o primeiro Imperador à base de furibundas declamações*; fora este o público legado à imprensa da Corte, imprensa que, segundo *O Chronista*, contava apenas quatro periódicos de oposição, entregues a pessoas *sem influência, sem nome, sem prestígio*, mas nada disso obstava o seu poder:

...a imprensa atual tinha de aceitar os encargos dessa sucessão, e de lutar contra a apatia das massas populares, que já estavam fatigadas de tantas comoções, contra o enjôo do público que já não lia artigos de periódicos, contra os ódios que reagem em compensação de seu antigo poder, tinha enfim

³⁴ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 26 set. 1837, p. 399.

*de lutar contra todos os resultados previstos e imprevistos de seus antigos excessos, e a imprensa aceitou a luta, e por natural consequência de seu poderio, venceu os obstáculos e triunfou de tudo.*³⁵

Não duraria muito, porém, este tom triunfal, e já bem longe devia ir a euforia do poder recém-alcançado quando *O Chronista* noticiou a interrupção do *Jornal dos Debates*, iniciada naquele mesmo ano:

*A imprensa vai perdendo seus filhos. Há pouco o 'Cincinato', agora o 'Debates'! Quando se poderão sustentar os periódicos no Rio de Janeiro? – Sem dúvida quando houver espírito público, e nos importarmos mais com o estado político do país.*³⁶

Afinal, o jornalismo da Corte, potência que elevava e derrubava governos e que se arrogava o dom de criar o espírito público a partir do caos de apatias e paixões, vez por outra acabava reconhecendo seu fracasso, vítima desse mesmo público cuja indiferença fazia impossível a sobrevivência dos periódicos. Entretanto, como a contradizer o desencanto de seu redator, não foi efêmera a própria sobrevivência d'*O Chronista*, ou d'*O Sete d'Abril*, para não falar na longevidade de jornais como o *Diário do Rio de Janeiro* ou o *Jornal do Commercio*. Além do mais, quando a publicação d'*O Chronista* chegasse ao fim, seria seguida pela criação de outro periódico que daria continuidade ao trabalho do mesmo grupo de redatores, o que afinal apenas recoloca a mesma questão nunca respondida dentro do círculo vicioso da retórica em torno da opinião pública. Na seqüência deste artigo perseguiremos esta questão buscando descer à materialidade daquele mundo do jornalismo, dos seus veículos e redatores, indagando, por um lado, das condições de sobrevivência dos periódicos e, por outro, da constituição daquele mundo, com seus grupos formados em torno de interesses muitas vezes conflitantes e as armas empregadas nesta disputa.

³⁵ Ibid., p. 400.

³⁶ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1837, p. 475.

EMPRESAS E ESPECULAÇÕES

Voltemos à mesma esquina de onde partimos, por onde passava *O Chronista* em 1836, e retomemos o fio de suas reflexões:

Maldita política, exclamei, maldito jornalismo, que já tão cedo vens atormentar essa pobre gente! Mal acabava, quando ouço palavras destacadas de tal leitura, – Zumalacarreguy – Carlistas – Christinos – Ah! – continuei com os meus botões, é o inofensivo ‘Jornal do Commercio’! Podeis ler, boa gente, podeis ler, que decerto não perturbará vosso sossego: que vos importam na verdade as façanhas de Zumalacarreguy? Se porém vos der alguma triste notícia de nossa terra, não acrediteis, boa gente, não vos dê isso abalo, que a especulação – Plancher-Seignot e Comp. – não é lá muito escrupulosa, quando alguma mentirazinha, bem ou mal pregada, pode atrair vossos vinténs.³⁷

Não era a primeira vez que o caráter empresarial assumido pela redação do *Jornal do Commercio*, pretensamente *sem cor política* e publicando *tudo que não fira seus interesses*, chamava a atenção de seus colegas da imprensa da Corte. Anos antes era *O Sete d’Abril* que noticiava o sucesso comercial do *Jornal do Commercio*:

Os dois filhos da Rainha Carlota fazem guerra encarniçada um ao outro. Quem tem ganhado na guerra? D. Pedro, D. Miguel? Nenhum dos dois. Que se saiba, a campanha toda tem sido feita em benefício de Mr. Plancher. Os cobres caem-lhe no balcão como canela de Ceilão em trazendo notícias do Porto.³⁸

Mas saindo da nota em tom jocoso d’*O Sete d’Abril* para ocupar todo um folhetim d’*O Chronista*, maior ainda se mostrava o estranhamento causado em meio ao jornalismo político da Corte por um órgão de imprensa que se constituía como uma *empresa*

³⁷ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 8 out. 1836, p. 13.

³⁸ *O Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, 7 maio 1833, p. 4.

*mercantil por excelência, e que levava o redator a concluir que era o jornalismo o melhor dos ofícios; não exige grande trabalho, nem grande fundura de conhecimentos, basta um certo traquejo, e tal ou qual habilidade.*³⁹ E a habilidade mostrada pelo *Jornal do Commercio* era a de garantir um número suficiente de assinantes; ao contrário de uma certa concepção de jornalismo, que se consolidaria no final do século XIX e ao longo do XX, auferindo sua legitimidade da dissociação entre a informação isenta e a opinião política, para o redator do *Chronista* o que comprometia a informação publicada pelo jornal não era a sua cor política, mas sim o interesse comercial, como o do *Jornal do Commercio*, onde *nada do que pode deixar lucro é desprezado por seus redatores*; mesmo que para isso fosse necessário espalhar boatos ou imaginar levantes inexistentes, uma vez que *incute-se terror, atrai-se a atenção e vendem-se muitos exemplares*. E além da *mentirazinha bem ou mal pregada*, todo o resto do jornal era preenchido por traduções dos periódicos chegados da Europa:

Eis que chega um navio da Europa, agora vereis o que é bonito! pega o 'Jornal do Commercio' a traduzir, a traduzir; e que guapas traduções! que guapas escolhas de notícias!! ...eis que o 'Jornal do Commercio' – sem examinar se isso nos importa, a nós brasileiros, – vai logo traduzindo tudo. Lutam em Portugal a legitimidade e a civilização, lutam Pedro e Miguel; e essa luta parece que não ensangüenta a antiga Lusitânia senão para encher as páginas do 'Jornal do Commercio', e para alimentar os cosmoramas. [...] Porém notícias do que mais de perto nos toca, do que se passa cá pela América, só as dá depois de insertas nos periódicos europeus, de onde as vai trasladar. Porém uma exposição do estado da Europa, das tentativas e esperanças dos partidos; a chave enfim dos acontecimentos secundários que publica, isso debalde se procura nas páginas do 'Jornal do Commercio'; de modo que seu leitor o mais assíduo nenhum fruto pode colher dos fatos desconexos, sem antecedentes nem

³⁹ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 8 out. 1836, p. 14.

*conseqüentes que diariamente lhe passam pelos olhos.*⁴⁰

De maneira muito diversa, ir além dos fatos desconexos, fornecendo a chave dos acontecimentos, significaria, para *O Chronista*, o cumprimento de todo um programa de estudos econômicos, que ele cobrava do jornal que se dizia do comércio:

*Comercial seria ele se nos oferecesse noções úteis ao comércio, se apresentasse dados que guiassem nossos especuladores, se mostrasse o estado das diferentes praças com que comerciamos, o progresso de suas respectivas indústrias, a demanda que esses progressos necessitam de nossos gêneros para lhe servirem de matérias primas, se nos revelasse os embarços de nossas produções e os meios de os superar, se entrasse em nossas alfândegas e consulados, se examinasse a legislação fiscal que põe peias às transações mercantis, se apontasse os extravios de que somos vítimas e os meios de lhes obstar...*⁴¹

Como, porém, o *Jornal* não tinha opinião própria em política, poupando-se sempre de incômodos ou de compromissos, ia cumprindo o seu papel de empresa essencialmente mercantil, que *não faz favores quando pode ganhar dinheiro*. A política assumida como domínio do favor não tinha, nesse caso, qualquer conotação negativa, nem era considerada inferior à impessoalidade das relações mercantis. Pelo contrário, aquele que assumisse uma opinião política, e junto com ela as fidelidades e favores decorrentes, podia muito bem figurar na esfera pública de maneira útil para o país, desde que desse um significado aos fatos desconexos e acontecimentos secundários que levava ao leitor.

Assim, o principal mérito que *O Chronista* reconhecia no *Jornal do Commercio* era a publicação dos trabalhos legislativos, pois, não havendo um periódico oficial, era ele o único que

⁴⁰ Id.

⁴¹ Id.

prestava este serviço, e sem ele ficariam as províncias, ficaria mesmo a capital na ignorância do que dizem, do que fazem os deputados do Brasil. Porém não faltaria reparos nem mesmo a este serviço prestado pelo *Jornal*, que seria talvez com justiça, acusado de parcialidade.⁴² E mesmo o cumprimento dessa tarefa meritória seria também o motivo de um outro artigo sobre o *Jornal do Commercio*: passado quase um ano da publicação daquele folhetim, *O Chronista* voltava a tratar de seu colega, justamente por causa dos resumos das sessões que o *Jornal* publicava, e que levaram seu editor a requerer à Câmara um subsídio anual de 4 contos de réis. Na verdade, o que acendera a indignação do redator d'*O Chronista* nem era este pedido, que até julgava natural, partindo de quem visava apenas o próprio lucro; inadmissível, porém, era o parecer favorável que lhe dera a mesa da Câmara, concedendo-lhe a remuneração não apenas para o futuro, mas também para o ano que já caminhava para o fim, a título de indenização:

*Indenização quando não tem havido prejuízos antes sim lucros, é a primeira vez que vemos. Ninguém há que ignore que a empresa mais rendosa que existe no Brasil é o 'Jornal do Commercio', ninguém há que ignore que o desejo de saber-se o que se passa pela Câmara leva muita gente daqui, e das províncias a assinar esse jornal, e que destarte se lhe custa caro publicar as sessões legislativas, todavia os lucros que daí tira são tais que não só cobrem as despesas mas deixam ainda considerável proveito...*⁴³

Indo à votação, o parecer da mesa seria rejeitado pela Câmara, felizmente para os contribuintes brasileiros. Mas para além da preocupação com os contribuintes, revelava-se também na indignação d'*O Chronista* a questão do favorecimento de um seu concorrente pelo governo, a quem ele lembrava que a concessão deste serviço devia ser oferecida em concurso. Enquanto isso, ficaria o *Jornal do Commercio* sem o precioso mimo, mas não sem outros privilégios, como insinuava *O Chronista*:

⁴² Id.

⁴³ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 16 set. 1837, p. 386.

O 'Jornal do Commercio' continuará a ir vivendo como puder com seus 2000 assinantes que lhe dão de subscrição anual 32 contos de réis, e com os caídos dos anúncios e correspondências, que orçarão em 6 ou 8 contos;... Contente-se o 'Jornal do Commercio' com a sua sorte que já não é tão ruim, contente-se com os privilégios pessoais que lhe concedem a generosidade da Câmara, e a sem-cerimônia de seus editores, que já não é tão pouco.⁴⁴

Mais dois meses passados e a verve d'O *Chronista* se voltava novamente para as relações entre a Câmara e o *Jornal do Commercio*. Desta vez, a propósito de explicar porque suas críticas poupavam um dos sócios do *Jornal*, Villeneuve, concentrando-se em Picot, o redator d'O *Chronista* aproveitava para fustigar os esforços deste último por conseguir influência não merecida, assim isentando o interesse mercantil, melhor representado na figura de Villeneuve:

M. Villeneuve é um industrial, que procura aumentar sua fortuna, imprimindo o 'Jornal do Commercio', procurando tirar quantos lucros pode tirar de suas empresas e especulações, pensando nos melhores meios de o fazer, seguindo o gosto do povo que se contenta com o Jornal que é sua propriedade e mais de M. Picot. Até aí chega M. Villeneuve, e, sem se importar com este mundo, vai seu caminho, tendo por fim o seu interesse.⁴⁵

Diferente, porém, de Villeneuve, seu sócio Picot não se importava apenas com seus lucros, tendo a pretensão de influir nos destinos do Brasil. Pois embora o seu jornal fosse uma empresa mercantil por excelência, sem cor política, o editor se distinguia justamente pelas relações políticas com que tentava se favorecer no mercado jornalístico:

Mr. Picot tem entrada franca no recinto dos legisladores, onde toma o ar de legislador, vai aos

⁴⁴ Id.

⁴⁵ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 25 nov. 1837, p. 463.

tribunais e ocupa um dos lugares reservados para os advogados, argumenta com os ministros, fuma com eles, enfim M. Picot quer ser tudo, e essa ridícula influência que ele quer ter é que nós combatemos. Se M. Picot se contentasse com ser editor do jornal mecânico, bem pouco nos importariamos com ele, ainda que nos desse todos os dias notícias de Constantina, Oran, Abd-el-Kader, etc., etc., porque tínhamos o remédio em nossas mãos, remédio fácilimo que era não ler o tal jornal grande, impresso no prelo mecânico com observações meteorológicas. Mas M. Picot não quer tão pouco, ...mas terá também influência nos negócios públicos e privará com os ministros, enfim será potência.⁴⁶

Desta maneira, a imprensa da Corte constituía, para além de um tribunal da opinião pública, uma arena de disputas entre interesses comerciais conflitantes e a conseqüente busca por apoios políticos que garantissem uma posição mais segura no mercado. Não pode ser de todo desconsiderado, inclusive, o fato de *O Chronista* denunciar a pretensão de Picot, *de influir nos destinos do Brasil*, num momento especialmente significativo, pois, apenas dois dias após *O Chronista* regozijar-se com a notícia de que a Câmara recusara o subsídio ao *Jornal do Commercio*, Feijó apresentava a sua renúncia, abrindo caminho para que o novo regente, Pedro de Araújo Lima, inaugurasse a política do Regresso, da qual *O Chronista* fora um dos defensores. Seria natural, então, que naqueles primeiros momentos do novo governo ocorresse uma certa disputa por espaços ainda a serem demarcados, e aos quais os antigos militantes supunham-se com direitos, após ter combatido na oposição. O proprietário do *Jornal do Commercio*, ao contrário, se na situação anterior procurava não se indispor com o governo, tão logo o governo mudava lá estava novamente em busca da *influência não merecida* que seu concorrente denunciava. Neste caso, o que estava em questão, de qualquer modo, era apenas a quem caberia o maior merecimento, mas não que este implicava uma estreita ligação,

⁴⁶ Id.

ou uma folha de serviços prestados pelo jornal ao governo. Bem mais tarde, em um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 1855, um dos fundadores d' *O Chronista*, Justiniano José da Rocha, forneceria um importante depoimento sobre as relações entre a imprensa e os partidos no período, ao recordar a sua própria carreira no jornalismo:

...as folhas de oposição são sustentadas com muita facilidade pelos seus assinantes, a esperança excita-os, os recibos não voltam recambiados: as folhas ministeriais custam muito a ser pagas pelos assinantes. [...] Parecem que fazem favor em ler... [...] ...portanto, quando vejo que em toda a parte onde há regime representativo, sem desdouro, sem descrédito nenhum para os indivíduos, há auxílio dado à imprensa ministerial para sustentar e divulgar as doutrinas que o Governo entende úteis: quando vejo um par de França à frente de um dos primeiros periódicos do mundo receber altas consignações para sustentar o seu jornal; quando vejo que em minha terra, com mais ou menos generosidade, todos os ministérios têm auxiliado, concorrido para os gastos da imprensa; quando sei que caracteres muito nobres têm recebido esses auxílios sem desar, nunca supus que isso me fosse desairoso... Eu estava na firme persuasão que... o Governo não me fazia um presente...⁴⁷

Ao apontar as desventuras de uma folha ministerial, Justiniano não deixava de receber de seus colegas de plenário manifestações de *Apoiado, é verdade*. No seu caso, o auxílio do Ministério podia chegar-lhe por diferentes modos: ora num africano livre que o governo confiava à tutela de seus amigos, ora em *algumas notas de 200 mil-réis*, que lhe eram entregues por Paulino José Soares de Souza; ora ainda na compra de assinaturas do jornal, das quais só Eusébio de Queiroz faria 500,

⁴⁷ Este discurso de Justiniano, na Câmara, que marcou sua ruptura com o Gabinete Paraná, na sessão de 26 de maio de 1855, é transcrito na íntegra em apêndice ao livro a partir do qual citamos: CARDIM, E. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964. p. 111-112.

em 1848. E se esta situação não pode ser generalizada para toda a imprensa, é verdade, no entanto, que mesmo os órgãos da grande imprensa, não manifestamente partidária, acabavam dependendo de subsídios indiretos do governo, complementando a receita de anúncios e assinaturas com contratos para publicação de atos oficiais, debates da Câmara Municipal, Assembléia Provincial, Câmara dos Deputados ou Senado, o que abria um vasto campo para a disputa por posições no mercado, que eram, acima de tudo, posições políticas. Disputa que se traduzia, no dizer do *Chronista*, numa busca por *influências*, merecidas ou não.

Mas havia ainda um outro aspecto desta disputa que tinha por palco a imprensa da Corte; para além da concorrência mercantil entre seus órgãos, o jornalismo era por vezes uma arena onde o que estava em jogo era a conquista ou a consolidação de posições dentro de uma esfera mais ampla que a própria imprensa. Ainda falta-nos, então, delinear como se definiam grupos concorrentes dentro da República das Letras, ao mesmo tempo que se definia uma nova situação política.

UM NOME NA REPÚBLICA DAS LETRAS

No dia 2 de dezembro de 1837, realizaram-se as festividades do décimo-segundo aniversário de D. Pedro II, incluindo na programação teatral, que contaria com a presença do Imperador na platéia, um *prólogo dramático*. A peça nada mais era do que uma cena declamatória em louvor à Monarquia, nos estilos dos tradicionais elogios, a que as platéias cariocas já estavam bem acostumadas desde os tempos de D. João VI; mas certamente não estavam tão acostumados ao autor do tal prólogo, como logo se veria.

Manuel de Araújo Porto Alegre havia chegado recentemente da França, para onde seguira em 1831, em companhia de seu mestre Debret, a fim de aperfeiçoar-se nas Belas-Artes. Ali Porto Alegre já se aventurara também pelas letras, criando em 1836 a revista *Nitheroy*, ao lado de outros estudantes brasileiros que por lá andavam, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Salles Torres Homem e João Manuel Pereira da Silva. A revista não foi adiante, mas a parceria dos quatro amigos sim. Em 1837 todos eles já se encontravam de

volta ao Rio de Janeiro, desta vez reunidos em torno do *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, versão fluminense que se inspirava no conceituado *Journal des Débats* francês.

Ao anunciar o aparecimento da nova publicação, *O Chronista* adiantava que seria escrita por Torres Homem, cujo talento já seria *conhecido do público do Rio de Janeiro*; apesar disso, porém, o redator ressaltava que nada podia *aventurar sobre o novo jornal*.⁴⁸ De fato, Torres Homem já se fizera conhecido no jornalismo da Corte como um dos publicistas do antigo Partido Moderado. Levado por Evaristo da Veiga para a Sociedade Defensora, atuara ao lado de Odorico Mendes na redação de *O Homem e a America* e de Joaquim José Rodrigues Torres n' *O Independente*. Destes velhos companheiros, porém, Rodrigues Torres já figurava entre a dissidência do partido moderado durante a discussão do Ato Adicional, ao passo que Evaristo não apenas era considerado o principal responsável pelo sucesso eleitoral de Feijó em 1835, mas se mantivera seu fiel defensor na Câmara no ano seguinte. Seria então de surpresa a reação d' *O Chronista* ao saber que o novo periódico alinhava-se com a oposição ao regente:

Sabendo que se tinha de imprimir em casa de Villeneuve & Cia., sabendo que se venderia em casa do Sr. João Pedro da Veiga, todos diziam – é ministerial o novo periódico. Como na verdade acreditar que Villeneuve afoutar-se-ia a malquistar-se com a administração, consentindo que de sua imprensa saíssem artigos da oposição? Como na verdade acreditar que o Sr. João Pedro, irmão do deputado Evaristo, chefe da maioria ministerial na sessão passada, afoutar-se-ia a vender na sua casa um periódico oposicionista, violando assim a lei que a si mesmo impôs de não vender mais periódico algum? Seja porém como for, ou que Mr. Villeneuve, farejando a pouca vida do governo, já dele se não arreceie, ou que o Sr. Evaristo e o seu irmão João Pedro conheçam enfim que o atual gabinete nada tem feito, nem fará a bem do Brasil, seja como for, a nova

⁴⁸ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 29 abr. 1837, p. 231.

*publicação não deixa dúvida sobre seu espírito oposicionista.*⁴⁹

É possível que ambas as conjeturas d'O *Chronista* estivessem corretas. Evaristo não chegou a engrossar a oposição na sessão de 1837, morrendo em 12 de maio daquele ano, mas poucos dias antes havia de fato rompido com Feijó, o que possivelmente já era sabido, ou esperado, não apenas por seu irmão e seus discípulos, mas também pelo bem relacionado Villeneuve. Quando da renúncia de Feijó, em setembro, o *Jornal dos Debates* manteve-se apoiando a regência interina de Araújo Lima e o ministério comandado por Vasconcelos, até que em novembro anunciaria, em um artigo um tanto quanto reticente, o fim da publicação — *simplesmente porque cessaram de existir as circunstâncias políticas que nos sugeriram a primeira entrada na carreira*. Mas se isso podia significar algo como uma afirmação de dever cumprido, visto não haver mais o governo ao qual se fazia oposição, a conclusão do artigo parecia sugerir, por outro lado, muito mais uma decepção com a nova situação inaugurada em 19 de setembro:

*O regime anterior ao 19 de setembro já não pesa sobre o Brasil; mas ele não levou consigo esse triste e quase universal estado dos sentimentos e das idéias, que fere as vistas da nossa sociedade, proveniente da nulidade ou degradação dos caracteres, da extinção de todas as crenças salutares, grandes e fortes, do egoísmo o mais duro e mais estranho aos sentimentos do patriotismo. Amigos e inimigos dos bons princípios, somos todos arrastados pela mesma torrente de corrupção...*⁵⁰

E foi apenas quatro dias depois dessa despedida da imprensa que encenou-se o *prólogo dramático* composto por Porto Alegre, que Pereira da Silva se encarregava de noticiar para o *Jornal do Commercio*. No que se referia ao aniversário do

⁴⁹ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 6 maio 1837, p. 240.

⁵⁰ *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1837, p. 198.

Imperador, o artigo de Pereira da Silva não fugia ao tom generalizado pelos demais jornais, de celebração da monarquia, cuja história ele resumia em poucas linhas, centradas na figura heróica de D. Pedro I:

Um descendente de velhos monarcas desampara o trono de seus gloriosos avós, abraça a causa da liberdade dos povos e independência das nações, une o seu ao nosso incerto destino, conosco partilha uma fortuna por vezes bem custosa, e que ele prefere à glória de um reino antigo. E nós, penhorados de gratidão e reconhecimento, por seu nobre e heróico comportamento, uma coroa lhe ofertamos, e em suas mãos depositamos a sorte de um jovem e inexperiente povo.⁵¹

E da mesma maneira que a Independência excluía qualquer conflito com Portugal (afinal mais um trono glorioso), tampouco haveria conflito no episódio que levaria à abdicação do primeiro Imperador, que Pereira da Silva simplesmente renunciava a explicar. O conflito só surgiria na ausência do elemento monárquico, quando o destino do povo ficara entregue à sua própria inexperiência:

E depois veio um dia... não sabemos como defini-lo; e nesse dia deixou-nos ele... Coberto de novos louros, de novas grinaldas, devidas a seu próprio valor, longe de nós morreu, e pela liberdade de outro povo. [...]. Depois que ele abandonou-nos à nossa inexperiência, homens no Brasil se levantaram, roídos de ambição e de egoísmo; apregoaram diversas utopias políticas, que iludiram os incautos e os fascinaram; convidando o povo à desordem, à anarquia e à separação, regaram a terra que os vira nascer com o sangue de seus próprios irmãos.⁵²

⁵¹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 dez. 1837, p. 1.

⁵² *Id.*

Assim como o crítico parecia mostrar-se imbuído dos ideais do recém-inaugurado regresso, não menos estaria Porto Alegre, cujo prólogo versava sobre o mesmo tema, do caos em que o país mergulhara durante a situação liberal da regência de Feijó. O autor levava ao palco toda uma corte de demônios que tentavam seduzir o Brasil, prometendo-lhe um brilhante futuro *se ele lançar mão dos extremos*. O recurso ao fantástico devia ser o que fazia Pereira da Silva considerar a idéia da obra *toda nova e original*, não faltando nem mesmo dois fantasmas, em quem se devia reconhecer o Rio Grande do Sul e o Pará; mas quando o Brasil chamava a seus braços estas províncias *com voz de piedade*, os fantasmas se transformavam, *o primeiro em um mutilado cadáver, todo ensangüentado, e ainda assim mesmo sustentando uma espada, tendo no peito gravada a letra S, e o outro em um esqueleto, com a letra N*. Pode-se supor que os recursos técnicos do teatro ficavam um pouco aquém da imaginação do autor, pois o próprio Pereira da Silva observava que ao *pensamento do poeta* não havia correspondido o *material da mágica*, o que, no entanto, não teria prejudicado a boa recepção do público:

Este prólogo, que bem se pode chamar um 'delírio de imaginação', uma exaltação do espírito, causou um efeito extraordinário, e eletrizou os espectadores, não só pela novidade e extravagância da ação e pelas belas decorações, como também pelos excelentes e sublimes pensamentos que nele brilhavam...⁵³

Era justamente a esta pretensão que vinha responder um artigo de Justiniano José da Rocha, publicado n'O *Chronista* do dia seguinte e motivado, segundo ele, apenas pelos *elogios que um dos imprudentes amigos do autor lhe teceu, e inseriu no jornal-grande*. Além de reclamações contra o *mais duro dos bancos que a imaginação pode conceber* e até contra o Hino Nacional, *essa música que nada tem de hino, e que todavia é a nossa Marseillaise, é o nosso Rule Britania*, a crítica de Justiniano ao prólogo era, nesse artigo, toda estética, parafraseando o texto de Pereira da Silva, do qual poupava apenas a referência aos *sublimes pensamentos* do prólogo:

⁵³ Id.

Esse prólogo que bem se pode chamar um delírio de imaginação 'enferma', uma exaltação de espírito 'que desconhece as regras da razão, e os conselhos do bom gosto', causou extraordinário efeito 'de displicência, que a não ser a majestade do dia, teria prorrompido em não duvidosas demonstrações', – não só pela extravagância da ação 'e da invenção, como pela enigmática, e ininteligível construção de alguns períodos que só Satanás pode dizer e entender, e pelo prosaísmo de quase todas as linhas a que o autor intitula versos, e que o crédulo elogiador supõe que realmente são'.⁵⁴

Era este o mesmo tom de uma correspondência publicada no dia seguinte na seção particular do *Diário do Rio de Janeiro*; assim como Justiniano, o autor desta também garantia que não a escreveria, se não fora o artigo do Sr. P. S.:

O elogio dramático, Sr. Redator, é uma das produções mais extravagantes, que tem aparecido em cena. O que porém admira é a afoiteza, com que o Sr. P. S. assegura no 'Jornal do Commercio' que o elogio causou um efeito maravilhoso, que agradou ao Público! Se agradou ao Sr. P. S. por ser feito por um seu amigo, a mim por certo que não; nem a muitas pessoas de gosto, que a ele assistiram. O que o elogio causou foram náuseas. ...o todo da composição é um todo de impropriedades; e em quanto aos versos, seja igualmente dito que pela maior parte não prestam: muitos deles não são versos, mas sim prosa com 'certo número de pés', menos a 'ordem das sílabas'.⁵⁵

Finalmente, na semana seguinte, a crítica de Justiniano teria uma breve resposta de Pereira da Silva, inserida ao fim de um artigo teatral publicado no *Jornal do Commercio*; acusando Justiniano de invejoso e denunciando seu trabalho à frente do

⁵⁴ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 6 dez. 1837. [grifo no original]

⁵⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 dez. 1837. [grifo no original]

Correio Oficial — mil vezes pior do que era antes, visto que nem dava os boletins sobre a saúde das princesas imperiais — o redator voltava a defender o prólogo que já merecera seus elogios, e que para ele não era compreendido simplesmente por trazer uma novidade em termos estéticos, para a qual não estariam preparados os *espíritos pequenos e estacionários*:

*Não é dado a certas pessoas o poder apreciar belezas novas e originais: acostumados a não ultrapassar os limites de um velho e monótono círculo que lhe apresenta a rotina, desconhecem o talento daqueles que se despem dos preconceitos, e audaciosamente seguem o vôo da inspiração: os homens inovadores têm ordinariamente contra si esses espíritos pequenos e estacionários, que se esforçam em empecer-lhes a marcha.*⁵⁶

Ainda alguma tinta seria gasta de ambos os lados da polêmica sobre a necessidade de o *Correio Oficial* dar ou não boletins da saúde das princesas, mas a crítica de Pereira da Silva à redação deste jornal motivaria uma resposta de Justiniano que finalmente delineava o perfil daqueles autores que se pretendiam os introdutores do romantismo no Brasil, distinguindo-se dos demais redatores presentes na imprensa da Corte. Isso vinha a propósito de um outro artigo sobre o prólogo, que Justiniano apresentava n' *O Chronista* como de um amigo...

*...cujos talentos sazonados pelo estudo e meditação não haviam precisado, para descobrir as penas de pavão com que muitas de nossas gralhas se enfeitam, de ir perder os anos de sua mocidade viajando pela Europa, onde, a troco do perdido tempo, só se alcança fatuidade insuportável, tom catedrático e pedantesco, e desdenhoso orgulho.*⁵⁷

Já a resposta de Pereira da Silva, além de questionar a fidelidade do '*Oficioso Redator*', que outrora tão lindamente

⁵⁶ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12 dez. 1837.

⁵⁷ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 13 dez. 1837.

adejava em torno da 'sinecura' que à custa de tantos trabalhos e fadigas por fim obteve, indicava também que a polêmica que se abria pelos jornais vinha romper uma identidade política que se supunha haver entre os contendores, notando que *até aqui cuidávamos que os nossos princípios políticos eram os mesmos, tínhamos juntos combatido contra o transacto Governo, nas mesmas fileiras alistado...*⁵⁸ Era a mesma mudança apontada, do outro lado, por um antigo correspondente d'*O Chronista*, que não só mostrava-se divertidamente surpreso pela divisão no mundo literário da Corte, mas ainda lembrava-se de completar o grupo parisiense, referindo-se a um outro prólogo — *Lede* — do livro que Gonçalves de Magalhães publicara no ano anterior:

*...mal pensava que viria encontrar Áticos e Beócios a braços, por um Prólogo, que é cousa que já passou da moda, e que ninguém lê, mesmo quando o escritor, com o tom absoluto de um déspota em literatura ordena a seus leitores — Lede —; Áticos e Beócios, que outr'ora tão unidos estavam, e mutuamente se davam elogios por seu saber e talento!*⁵⁹

Certamente Magalhães não concordava que um prólogo fosse coisa já fora de moda, e se diante deste que abria os seus *Suspiros Poéticos e Saudades* mimoseava ao seu público com um imperativo *Lede*, era porque ao prólogo se devia atribuir uma importância não menor que ao próprio livro. Afinal, aí afirmava o autor, sem sombra de modéstia, que o fim a que se propunha aquele livro era simplesmente o de *eleva a Poesia à sublime fonte donde ela emana e, ao mesmo tempo, vingá-la das profanações do vulgo, indicando apenas no Brasil uma nova estrada aos futuros engenhos.*⁶⁰ O poeta tinha consciência de que o fim a que se propunha garantia-lhe um lugar de destaque, senão de fundador, nas letras pátrias, indo além dos poetas anteriores,

⁵⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 dez. 1837.

⁵⁹ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1837.

⁶⁰ MAGALHÃES, G. de. *Suspiros poéticos e saudades*. Desenvolvido pela Fundação Biblioteca Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/suspiros_poeticos.zip> Acesso em 22 ago 2002.

inclusive do mesmo Caldas, o primeiro dos nossos líricos, tão cheio de saber, e que pudera ter sido o reformador da nossa Poesia, nos seus primores d'arte. E assim, consciente de que a ele caberia o papel de reformador da poesia, a generosidade de Magalhães era bastante não apenas para dar seu livro como um tributo à pátria, abalada pela *trombeta da mediocridade*, mas também para dar ingresso em sua obra a todos os seus colegas de empreitada literária, poetizando seus momentos de convivência parisiense com Porto Alegre e Torres Homem, além de um *jovem amigo*, possivelmente Pereira da Silva. A retribuição à generosidade do amigo poeta veio logo no primeiro número do *Jornal dos Debates*, que publicou uma resenha (supostamente de Torres Homem, já que não vinha assinada), reafirmando o mesmo caráter inovador do livro já afirmado pelo autor em seu prólogo:

*...iam os poetas da língua portuguesa batendo a estrada cediça, e dizendo-se inspirados pelas pálidas e decrépitas Musas do Parnaso. Mas eis que um Jovem Poeta da nova Escola, nascido debaixo deste céu pomposo do Rio de Janeiro, ardente de futuro e de glória, ...acaba de relevar a pobreza da literatura Brasileira...*⁶¹

Para o crítico, a obra de Magalhães abria uma nova era da poesia brasileira, garantindo ao autor um nome que *o tempo futuro não conseguirá riscar da memória*⁶² – garantia de imortalidade que *O Chronista* creditava à generosidade do amigo.⁶³ E, por fim, a resenha servia de pretexto para que o jornal reafirmasse o seu lugar na oposição à Regência de Feijó:

O Brasil não está hoje para as letras e as ciências... Os homens que dirigem os destinos do Brasil, sem compreender as condições de sua missão, parecem ter dado as mãos a todas as influências do mal

⁶¹ *Jornal dos Debates Políticos e Litterarios*, Rio de Janeiro, 3 maio 1837, p. 3.

⁶² *Ibid.*, p. 4

⁶³ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 6 maio 1837, p. 240.

*para agravar o estado da triste época em que vivemos.
[...]*⁶⁴

Mas o fato é que fora do círculo de amigos recém-chegados de Paris tudo que aos seus olhos parecia ser a fundação de uma nova era literária, diante de seus críticos tornava-se fatuidade e pedantismo de uma *gralha com penas de pavão*, de um *déspota em literatura, que em tudo dá regras*. As acusações lançadas contra os pioneiros românticos dão conta da tensão gerada entre os homens de letras da Corte pela chegada deste grupo, ilustrado por uma estadia européia e com pretensões a superar com suas *belezas novas e originais* os *espíritos pequenos e estacionários*. E nesta contenda os beócios da terra chegavam a lançar mão de argumentos nativistas contra os áticos que tinham *por si o Instituto Histórico de França*:

*...o P. A. veio de França, supondo-se uma dessas maravilhas estupendas que deixam todos boquiabertos: ele campá em música bonito, mete-se a poeta, enfim em tudo quer ser grande: veio para o Rio de Janeiro com intenção de por as cousas em seu devido andamento, isto é, obrigar esta corja de estúpidos Fluminenses a erigir-lhe estátuas... Filhos ingratos, eles arrenegam tudo quanto é da pátria, que os viu nascer, eles barateiam-lhe a glória, cobrindo-a de baldões aos olhos dos filhos dos estranhos. E você já teve notícia de tanto orgulho em tão verdes anos? Eles colocam-se no cimo da pirâmide dos talentos brasileiros, pensam que é obra sua a queda da administração passada, proclamam que o V. não tem a maneira larga e vasta da eloqüência dos Guizots, nem sua frase altissonante, nem seus boleados períodos...*⁶⁵

Entre filhos ingratos e patriotas, inovadores e rotineiros, áticos e beócios, ia-se traçando uma linha divisória, como a demarcar o território daqueles que até então se alinhavam nas

⁶⁴ *Jornal dos Debates Politicos e Litterarios*, Rio de Janeiro, 3 maio 1837, p. 4.

⁶⁵ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1837. Appendice.

mesmas fileiras e que agora disputavam palmo a palmo as posições conquistadas. Se um detinha a “sinecura” do *Correio Oficial*, o outro figurava no programa da principal data da Monarquia; se um via questionada a sua fidelidade ao ministério que servia, o outro via alardeada sua inconfidência quanto aos discursos do poderoso V. — que era, muito provavelmente, Bernardo Pereira de Vasconcelos, líder parlamentar da situação conservadora. Mas não ficava nisso a divisão entre áticos e beócios, logo vindo à tona um outro elemento (quem sabe se o principal) que distinguia Justiniano de seus contendores. Em meio à polêmica, o próprio Porto Alegre iria à forra contra seu crítico, através de uma caricatura, que representava o governo procurando um redator para o *Correio Oficial*, emprego que ninguém aceita, até que se oferece um *pretinho de ganho*, a quem se entrega o encargo. Talvez fosse a primeira vez que Justiniano recebia pela imprensa uma ofensa de conotação racial, mas não era a primeira vez que ele e seus colegas d’*O Chronista* enfrentavam a questão. No ano anterior o jornal noticiara que o ministro da Marinha havia negado o requerimento do filho de um certo coronel Cattete por não querer *mesclar a armada*; e o redator perguntava ao ministro se a tal “mescla” indesejada não seria *a que fez a Constituição quando reconheceu Brasileiros todos os ingênuos, ou libertos nascidos no Brasil*.⁶⁶ Passados alguns meses, não se fazia tão clara a referência à questão racial, mas recordava-se ao leitor *certo negócio do Sr. Cattete e do ministro da Marinha*, para que tentasse adivinhar o motivo pelo qual o presidente de Pernambuco recusava-se a cumprir o decreto de uma nomeação; e o redator cobrava do governo a demissão e o processo por desobediência do *cândido* presidente (grifando o adjetivo), adiantando constar-lhe *que esses motivos são muito e muito anti-constitucionais e atentatórios dos direitos da máxima parte dos brasileiros; queremos saber a verdade para vermos se há no Brasil ilotes e párias*.⁶⁷ Mas ao ver-se ele mesmo atacado, Justiniano preferiu não responder ao epíteto *pretinho de ganho*, afetando superioridade — *nem temos tanto orgulho, nem tão sensível o epiderme que nos irrite com ‘enfantillages’*⁶⁸ —; apenas

⁶⁶ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1836, p. 70.

⁶⁷ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 15 abr 1837, p. 214.

⁶⁸ *O Chronista*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1837. n. 122.

uma breve referência ao caso seria feita no artigo que supostamente não era de autoria de Justiniano:

*Que boa laia de amigos que censuram acidentes, que em seus próprios amigos encontram! Que filósofos, que regulam o mérito ou demérito pela cor da epiderme!*⁶⁹

Não deixava de ser curiosa a situação, pois aqueles que não viam mérito ou demérito na cor da pele eram os mesmos que recebiam os africanos livres distribuídos pelo ministro; e os que acusavam a origem racial de Justiniano eram os mesmos que aceitavam em seu seletivo grupo de áticos um Torres Homem, tão mulato quanto o outro. Ficava evidente, pelo menos, que havia casos em que “acidentes” como a cor da pele podiam ser completamente ignorados; mas quando não o fossem, constituíam uma arma nas disputas travadas pelos espaços de mobilidade e ascensão que se abriam na sociedade. E não podemos senão imaginar até que ponto não teria sido esta arma decisiva para o destino de Justiniano, jornalista de prestígio, três vezes deputado, mas sempre pobre, em contraste com Torres Homem, jornalista, deputado, ministro, conselheiro, senador e titular do Império, desde jovem participando de um círculo que cedo se projetaria nas esferas de poder e enfim casando-se com uma rica herdeira. Mesmo porque, à exceção de Justiniano, não foi essencialmente diferente da história de Torres Homem as de seus antigos colegas e contendores da época do jornalismo, tendo os diplomatas Magalhães e Porto Alegre recebido também títulos nobiliárquicos e comendas das Ordens de Cristo e da Rosa; comendadores também foram Pereira da Silva, Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva, sendo que os dois primeiros chegaram ao Senado e o último presidiu as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, duas das principais do império. Quanto a Justiniano, se estava longe de ser um *pretinho de ganho*, acaba contrastando com os demais personagens pelo fato de ter trilhado uma espécie de profissionalização no jornalismo político, ao qual se dedicou por vinte e cinco anos, ao passo que aqueles outros, que se iniciaram no jornalismo ao mesmo tempo em que ele, usaram-no

⁶⁹ O *Chronista*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1837. Appendice.

antes como uma via de acesso para a política do que como a própria atividade política.

A partir das experiências dos personagens que viemos acompanhando no mundo do jornalismo da Corte, é possível, por um lado, nos aproximarmos de alguma maneira das análises que explicam a emergência, na Europa dos séculos XVIII e XIX, de uma esfera pública política, que se forma a partir de uma esfera pública literária.⁷⁰ De fato, o reconhecimento na República das Letras era muitas vezes não somente um passaporte para a ascensão política, mas constituía ele mesmo a garantia de uma posição duradoura, como demonstra o caso de Gonçalves de Magalhães. Aclamado em 1836 como fundador de uma nova era na literatura brasileira, a da independência literária, vinte anos mais tarde o próprio Imperador sairia em defesa de sua *Confederação dos Tamoios*, quando esta era criticada na imprensa por José de Alencar, outro jovem jornalista que tentava firmar sua reputação; e a notoriedade não o abandonaria, tendo uma edição de suas obras completas em nove volumes publicada ainda em vida, entre 1864 e 1876, pela Garnier.

Por outro lado, a difícil sobrevivência dos periódicos naquele momento indica também a fragilidade desses órgãos da esfera pública, ou da própria opinião pública, da qual seriam a instância mediadora. Ora outra não tem sido até aqui nossa intenção senão compreender a opinião pública *como invenção política, mais do que função sociológica*⁷¹, ou como uma *ficção que exerce real força política*.⁷² E tal força política talvez lhe viesse não só da sua importância para a eficácia do sistema

⁷⁰ HABERMAS, J. *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978. É verdade que aqui não nos referimos a uma esfera pública literária necessariamente como uma esfera de consumo da literatura, mas sim a esfera da sua produção. Que HABERMAS carregou nas cores do mercado literário do século XVIII já foi notado por LA VOPA, A. Conceiving a public: ideas and society in eighteenth-century Europe. *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 64, n. 1, p. 107, 1992.

⁷¹ BAKER, K. M. Public opinion as political invention. In: _____. *Inventing the french revolution: essays on the french political culture in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 167-199.

⁷² MAH, H. Phantasies of the public sphere: rethinking the Habermas of historians. *The Journal of Modern History*, Chicago, n. 72, p. 153-182, 2000.

representativo, como se auto-representava, mas também por causa das carreiras que aí se abria aos grupos letrados, com a conquista de um nome na República das Letras, caminho de ascensão política e social. Caminho não sem armadilhas, no entanto, como nos sugere o caso de Justiniano José da Rocha, que ao trilhar uma espécie de profissionalização no jornalismo político, sempre e inevitavelmente sob o patrocínio das lideranças partidárias, acabaria vendo-se relegado a uma posição subalterna, quase como um dependente, num mundo de proprietários e capitalistas, que era o mundo da política.

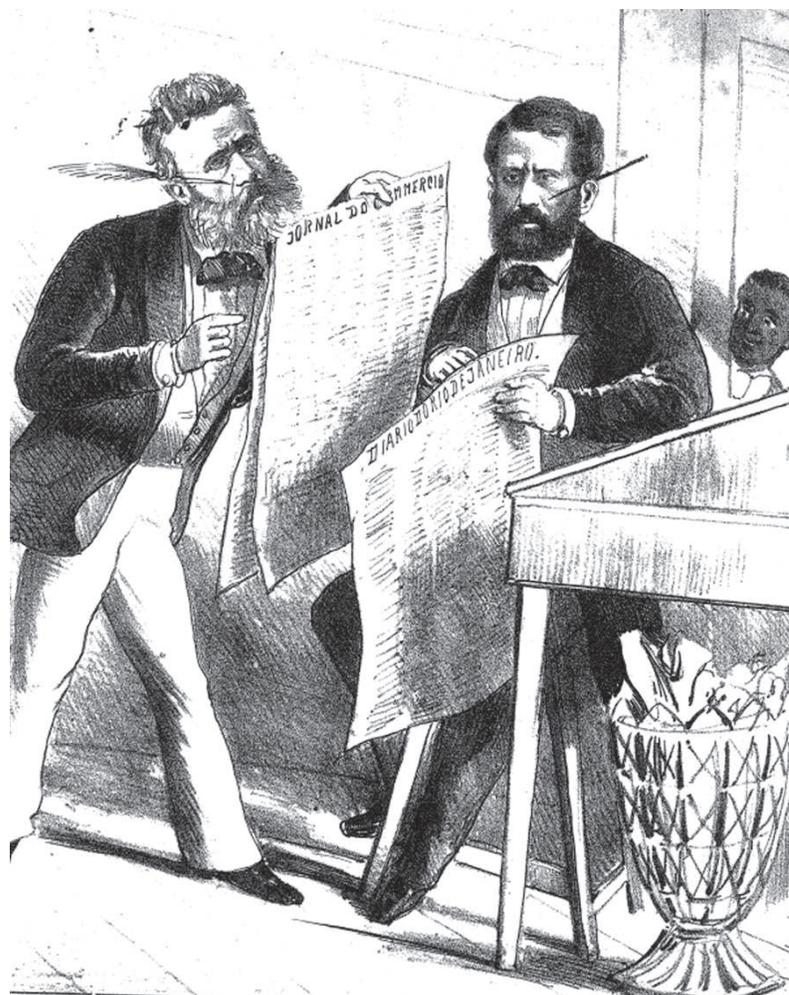
**ATTICS AND BOEOTIANS IN THE REPUBLIC OF
LETTERS: ASPECTS OF PUBLIC OPINION IN RIO DE
JANEIRO (1836-1837)**

ABSTRACT

Investigating the meanings and uses of the concept of public opinion in Rio de Janeiro newspapers, this article analyzes the relations between the literary and political worlds.

KEYWORDS

Press; Public opinion; Regency, Men of letters



Semana Illustrada, Rio de Janeiro, 2 abr. 1871, p. 4304.